

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONDRINA
(25/04/2012)**

Ao Vigésimo quinto dia do mês de abril de dois mil e doze, às quatorze horas, no Auditório Maternidade Municipal de Londrina, após a certificação do quorum necessário, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde para uma reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, tendo como pontos de pauta os seguintes assuntos: **1 - Aprovação da pauta para a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de 25 de abril de 2012; 2 - Apresentação e Aprovação Consórcio Paraná Saúde; 3 - Apresentação e Aprovação do Convênio a ser firmado com Entidade SOS Vida Animal; 4 - Relato da Comissão da Câmara Técnica (Projeto de Lei 237).** O presidente do CMS. **Edson Antonio de Souza** dá boa tarde aos presentes e passa ao ponto de pauta nº **1 - Aprovação da pauta para a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde.** Não havendo manifestações a pauta é APROVADA por todos os conselheiros. Na seqüência se inicia a discussão do ponto de pauta nº **2 - Apresentação e Aprovação Consórcio Paraná Saúde.** O secretário de saúde **Edson Antonio de Souza** faz uso da palavra e diz que fez um pedido a um dos responsáveis pelo Consorcio Paraná Saúde, para que enviasse o arquivo que foi apresentado em uma reunião em nossa cidade, sendo que os slides desta apresentação serão usados nesta reunião. **Edson** finaliza a apresentação e diz que está fazendo a proposta para a participação de Londrina no Consorcio Paraná Saúde porque vê um ganho para os usuários do SUS, e este é o único objetivo, pois a finalidade não é a de se economizar, já que se compra por um preço razoável atualmente, sendo que o que existe é um problema na entrega dos medicamentos nas unidade de saúde e é isto que a entrada no consorcio vai melhorar, pois se estiver faltando um medicamento em Londrina é porque estará em falta nos 391 municípios do Paraná consorciados, e, mesmo assim, isso é muito difícil de ocorrer no consorcio. **Edson** prossegue e diz que na primeira apresentação do consorcio feita pelo senhor Seth, estiveram presentes os conselheiros **Eliel, Cícero, Maria Ângela, Ângelo** e o **Drº Paulo**, e posteriormente a **Drª Djamedes** emprestou um van para que uma visita a cidade de Maringá, que é uma cidade que esta no consorcio desde 1990, e o secretario de saúde da cidade fez uma apresentação e foi questionado se em Maringá ocorre falta de medicamentos nos postos, e a resposta dele foi que não. **Edson** finaliza e diz que o objetivo é que se tenha regularidade nos medicamentos nas UBS's e talvez hoje estejamos decidindo algo que a atual gestão nem venha a colher frutos, porque a lei terá de ser apresentada para a CML, se for aprovada ela será encaminhada para o Consorcio e ele terá de encaminhar para o Ministério autorizando o recurso a deixar de vir para Londrina e ir para o consorcio, sendo que isso tudo leva um tempo e se der certo, provavelmente se comprará pelo consorcio somente no fim deste ano ou começo do ano que vem. A palavra passa ao conselheiro **Fahd Haddad**, que inicia dizendo que esta é uma boa medida e que deveria ser aprovada, pois a área hospitalar já há alguns anos tem uma experiência de formar grupos de compra e esta medida vai certamente trazer economia e agilidade, principalmente reduzindo preços de compra de medicamentos, e como sabemos que os recursos hoje são pequenos, qualquer economia é bem vinda, por isso, gostaria de parabenizar a iniciativa do secretário e da comissão técnica que avaliou esta proposta. **Fahd** finaliza e diz que gostaria de que fosse verificada a

50 possibilidade de os Hospitais que atendem o SUS participarem do Consorcio
51 naquilo que ele pode adquirir, isso com garantia de pagamento, na medida que é a
52 secretaria que repassa o recurso, e isso ajudaria a se ter um pouco mais de recursos
53 para atender a população, pois, o que o SUS paga pelos procedimentos
54 hospitalares não chega a cobrir 60% do custo. A palavra passa ao conselheiro
55 **Carlos Enrique Santana** pergunta, referente à apresentação, o que seria feita com
56 a sobra de recurso no valor de vinte oito milhões. O secretário de saúde Edson
57 Antonio de Souza diz que a diferença que a economia é verificada depois por
58 município, sendo então que destes 28 milhões se é verificado o quanto foi década
59 município e este recurso fica lá para que na próxima compra o município pegue
60 novamente para aquisição de medicamentos. A palavra passa a conselheira
61 **Adriana Xavier Dorta**, que referente ao problema do erro de digitação, caso ocorra
62 um erro na compra para menos, como é que será solucionada esta situação já que
63 na compra, o recurso de Londrina estará inserido no consórcio. O secretário de
64 saúde **Edson Antonio de Souza** coloca que na verdade não se pode errar. A
65 senhora **Fátima** diz que isto pode até ocorrer, mas o sistema, conforme se faz as
66 compras programadas no ano, irá acusar caso uma compra esteja fora da média. O
67 secretário de saúde **Edson Antonio de Souza** coloca que na primeira compra
68 logicamente o sistema não irá fazer esta verificação. O diretor da DAS **Rodrigo**
69 **Avanço** faz uso da palavra e diz que o município de Londrina já tem um histórico
70 de muitos anos e este risco praticamente inexistente, já se tem o conhecimento
71 necessário da nossa realidade e não irá ser feita a programação de algo que nunca
72 tivemos, sendo que o ganho que o consórcio dará é que iremos ter a garantia do
73 recebimento do medicamento, algo que hoje não se tem. O secretário de saúde
74 **Edson Antonio de Souza** coloca que o sistema permite de que se faça a
75 conferência das informações alimentadas antes da confirmação final. O diretor da
76 DAS **Rodrigo Avanço** diz que além do próprio sistema, a equipe de licitação do
77 consorcio entra em contato com o município caso observem algo estranho na
78 programação de compra, para somente então disparar o processo. Thiago, diretor
79 da CENTROFARMA, coloca que será enviada uma programação anual ao
80 consórcio antes da primeira compra, para que eles estejam cientes de quanto será o
81 pedido mensal. O secretário de saúde **Edson Antonio de Souza** pede para que o
82 **Drº Paulo** faça a resposta à questão levantada pelo **Drº Fahd**. O conselheiro **Paulo**
83 **Nicolau** faz uso da palavra e diz que talvez exista a possibilidade de se mudar o
84 estatuto do consorcio para a inclusão dos hospitais, e já foi feito o pleito neste
85 sentido. A conselheira Ana Paula Cantelmo pergunta se será possível manter a
86 mesma eficiência na distribuição com a entrada no Consorcio, já que ela irá gerar
87 um impacto grande no consorcio. O secretário de saúde **Edson Antonio de Souza**
88 diz que o consorcio garante a entrega porque ele somente faz o pagamento para o
89 laboratório a partir do momento em que foi feita a entrega em todos os
90 municípios. A palavra passa ao conselheiro **Eliel Joaquim**, que inicia dizendo que
91 a decisão de tirar a autarquia do município de Londrina foi uma decisão infeliz, e,
92 segundo o secretario, é algo que dificulta a questão dos medicamentos. Eliel
93 continua e diz que o que importa é o beneficio do usuário lá na ponta e se isto for
94 resolvido, não vê problema em se aprovar a proposta. **Eliel** finaliza e diz que vai
95 ocorrer às eleições e independente de quem irá ganhar, o importante é que se faça
96 a secretaria de saúde voltar a ser autarquia, pois isso resolveria muitos
97 problemas. O conselheiro **Cícero Cipriano** faz uso da palavra e diz que sua

98 preocupação é de que devera ser feita uma lei para isso, e na câmara técnica têm
99 ocorrido discussões sobre a questão da participação privada dentro do serviço
100 publico, por isso, acredita que na feitura da lei especifica do consorcio, tudo deve
101 estar bem alinhado estas questões, e que esta instituição jurídica de direito privado
102 chamado consorcio, se for feita a lei, que seja única e exclusivamente para o
103 consorcio e sito deve se bem pontuado, para que não se vá abrir isto para outros
104 serviços, já que se tem visto no restante do pais estas instituições de direito
105 privado tomando contas de vários espaços e tentando ocupar a questão da atenção
106 básica. **Cícero** continua e diz que alguém do controle social deve acompanhar a
107 formulação da lei ou que ela venha para o conselho dar um parecer. **Cícero**
108 finaliza e pergunta por qual motivo Londrina esta entrando de forma tão tardia
109 neste Consorcio. O secretário de saúde **Edson Antonio de Souza** diz que nenhum
110 gestor que o antecedeu manifestou interesse em entrar no consórcio, mas não pode
111 responder por eles o motivo ou se simplesmente não se interessaram nisso. O
112 conselheiro **Cícero Cipriano** diz que sobre a questão da autarquia levantada pelo
113 **Eliel**, esta é uma luta e há ate mesmo uma resolução do conselho que foi a questão
114 da retomada imediata da autarquia, algo que os gestores anteriores não deram
115 seqüência, por isso, gostaria de propor ao secretario a retomada destas discussões
116 e que isso fosse pautado para as próximas reuniões. A palavra passa a conselheira
117 **Juvira Barbosa**, que inicia dizendo que gostou da explanação feita e entendeu que
118 é algo exclusivamente para aquisição de medicamentos, mas gostaria que na hora
119 certa, o controle social participasse da questão desta lei. . O secretário de saúde
120 **Edson Antonio de Souza** diz que a lei é especifica e serve somente para que o
121 município seja consorciado, e que o município poderá mais tarde sair do consorcio
122 se entender que ele não é mais interessante para os interesses do mesmo. A
123 conselheira **Maria Ângela Magro** diz que esteve em Maringá e gostou do projeto e
124 para o conhecermos temos de participar, e depois saímos caso ele não seja bom
125 para Londrina, mas, na visão de usuária, é parece algo bom para Londrina. O
126 conselheiro **Carlos Enrique Santana** pergunta como ficar a questão da logística da
127 entrega dos medicamentos nas UBS's. O secretário de saúde **Edson Antonio de**
128 **Souza** diz que a logística será a mesma que sem tem hoje, com a entrega por parte
129 da transportadora na CENTROFARMA e distribuição para os postos conforme a
130 necessidade que o nosso sistema aponta. A palavra passa ao conselheiro **Valmir**
131 **Alves da Rocha** diz que esteve em visita a Maringá no ano passado em umas
132 audiências, e constatou na época que não estava tudo tão bem como o secretário
133 colocou, e se ouviu e viu muitas reclamações, mesmo Maringá estando tão
134 adiantado em relação à Londrina a respeito deste consorcio. **Rocha** continua e diz
135 que prestação de contas deste consorcio será feita junto ao tribunal de contas e
136 com a participação somente dos gestores, e entende que é menos responsabilidade
137 para o gestor e não haverá prestação de contas ao CMS. O secretário de saúde
138 **Edson Antonio de Souza** diz que esteve em Maringá juntamente com os membros
139 do conselho que fazem parte da comissão técnica, e acredita que eles podem
140 responder melhor que ele de que Maringá não tem problemas com medicamentos,
141 mas, é preciso diferenciar os medicamentos: há os medicamentos da rede básica de
142 saúde que é o que o consorcio comprará, e há os medicamentos que são uma
143 opção do município e ele coloca a mais do que pe a cesta básica do ministério,
144 sendo que deve ser nestes medicamentos que Maringá tem problema assim como
145 Londrina, que estará comprando estes medicamentos via gestão publica e poderá

146 ainda ocorrer falta, por isso é preciso diferenciar estes medicamentos. Edson
147 prossegue e diz que em relação à fiscalização, ela pode ser via site do Paraná
148 Consorcio, sendo que a prestação de contas é feita para o conselho deliberativo e
149 depois para o Tribunal de Contas do Paraná, mas o consorcio pode fazer, se for
150 solicitada, uma prestação de contas ao CMS e não há problemas algum nisso. A
151 palavra passa a conselheira **Maria Osvaldina**, que inicia dizendo que se for para
152 melhorar esta de acordo, porque do jeito que está tem ocorrido muito problemas
153 de falta de medicamento. Osvaldina prossegue e diz que este problema de falta de
154 medicamentos deve-se muito a gestora do posto, por isso, é preciso se fazer uma
155 reunião e chamar as coordenadoras e orientar para que não falte remédio. O
156 secretário de saúde **Edson Antonio de Souza** esclarece aos conselheiros que a
157 autarquia de saúde não deixou de existir e que já foi dito ao prefeito varias vezes
158 que a autarquia não deve ser extinta, e cobrar dos candidatos a prefeito o
159 compromisso de resgatar o processo licitatório na autarquia de saúde, porque é
160 algo que facilita muito, pois vários problemas e demandas existentes poderiam ser
161 solucionados e tudo poderia ser agilizado mais facilmente. **Edson** finaliza e diz
162 que a questão da autarquia no momento é um pouco complicado, pois se está no
163 fim de um governo e seria um processo interno doloroso, e é uma política que
164 precisa ser colocada em um plano de governo futuro para uma próxima gestão,
165 independente de quem seja o prefeito. A conselheira **Djamedes Maria Garrido** faz
166 uso da palavra e diz que o ganho que o consorcio trará é a questão da agilidade da
167 entrega, e concorda plenamente com o Eliel sobre a questão da autarquia. O
168 conselheiro **Eliel Joaquim** faz uso da palavra e diz que gostaria de tentar
169 responder o que o conselheiro Rocha colocou, onde disse que acompanhou alguns
170 deputados na comissão do SUS que visitou hospitais, pois isso pe diferente, ele
171 visitou hospitais e aqui estamos falando de medicamentos básicos na UBS, tanto
172 que o superintendente da Santa Casa fez uma proposta de que os hospitais sejam
173 inseridos no consorcio, pois a visita em Maringá foi para se ver a questão da rede
174 básica e não a questão dos hospitais. **Eliel** continua e diz que gostaria de fazer
175 uma proposta de que há cada 3 meses o consorcio venha até o C.M.S e faça a
176 prestação de contas. A palavra passa a **Dr^a Fátima** faz uso da palavra e diz que tem
177 participado das reuniões da bipartite e das câmaras técnicas do estado, e todas as
178 vezes que o consorcio foi acionado ele foi prestar contas e fazer esclarecimentos
179 nas reuniões. **Dr^a Fátima** finaliza e diz que todo ano é revisto a questão da lista de
180 medicamentos que compõe a atenção básica, e há uma câmara técnica na bipartite
181 que juntamente com o consorcio elabora a lista de medicamentos, incluindo ou
182 excluindo algum medicamento anualmente. O secretário de saúde **Edson Antonio**
183 **de Souza** coloca em votação a **Aprovação da entrada do município de Londrina**
184 **no Consórcio Paraná Saúde. Com 14 votos favoráveis e 1 voto contrário a**
185 **apresentação é aprovada com as seguintes observações:** O conselheiro **Valmir**
186 **Alves da Rocha vota de forma contrária a aprovação.** A conselheira **Silvia Karla**
187 **vota de forma favorável** e justifica seu voto dizendo que quando o município
188 trabalha em consorcio somente tem a ganhar, e a experiência do CISMEPAR
189 comprova isso, e esta inclusão no consorcio de medicamentos é um momento
190 histórico para Londrina e deve ficar registrado também o apoio deste conselho e
191 que o secretario está à frente desta proposta. O secretário de saúde **Edson Antônio**
192 **de Souza** da seqüência a reunião e passa ao ponto de pauta nº 3: **Apresentação e**
193 **Aprovação do Convênio á ser firmado com Entidade SOS Vida Animal.** Edson

194 continua e diz que pediu para que o senhor **Pavan**, presidente da entidade SOS
195 vida animal, realizasse uma explanação sobre a situação dos animais errantes na
196 cidade de Londrina e todo problema que isto gera. **Edson** diz que participou de
197 uma reunião na CML sobre o assunto, convocado pela vereadora Lenir de Assis, e
198 se comprometeu naquele momento de que seria feito um estudo na autarquia, da
199 viabilidade de se firmar um compromisso com a entidade SOS Vida Animal para
200 que ela de início aos trabalhos. **Edson** continua e diz que dentro do orçamento
201 existe a fonte 497 que é de vigilância em saúde, e que é exatamente para este tipo
202 de aplicação, e por isso foi feito o estudo da possibilidade desse convenio e de que
203 de julho a dezembro seja feito o repasse de recurso no valor total de 200 mil reais
204 para a entidade SOS Vida Animal, para que eles façam um media mensal de 200
205 esterilizações, com um total 1200 animais vacinados e esterilizados de julho a
206 dezembro, com uma media de 80 reais por castração e 30 reais de vacinação para
207 cada animal. **Edson** continua e diz que propôs que fosse cedido um veiculo Uno da
208 secretaria de saúde para que a SOS vida animal faça o seu trabalho. **Edson** finaliza
209 e diz que se o conselho aprovar o convenio, será 2 projetos de lei a CML: O 1º
210 autorizando o município a transferir recurso financeiros para a entidade, sendo
211 que este projeto de lei terá todas as exigências que o município faz e todas as
212 obrigações da entidade, que são as mesmas que a lei preconiza para as demais
213 entidades privada sem fim lucrativo. Depois da aprovação do CMS, o SOS Vida
214 Animal deverá apresentar o plano de aplicação de recursos e deverá todo o mês
215 prestar contas do recurso, e este plano de aplicação irá para dentro do sistema do
216 tribunal de contas e mensalmente a entidade irá prestar contas para nos com as
217 notas fiscais e estaremos alimentando a nota fiscal no sistema do tribunal de
218 contas e isso trás uma transparência muito grande. O senhor **Pavan** faz uso da
219 palavra e diz que a entidade está neste ofício desde 1989, realizando o trabalho
220 com os animais abandonados, e ultimamente temos conseguido um
221 reconhecimento maior da população, mídia e da própria prefeitura. **Pavan** diz que
222 quando assumiu a presidência da SOS Vida Animal disse que seria feito um
223 trabalho visando um resultado para os próximos 10 ou 20 anos, pois se trata de
224 um problema enorme de saúde pública. **Pavan** continua e diz que se houvesse 20
225 milhões para ser usado, ainda demoraria 10 anos ou mais para resolver o
226 problema, pois se trata de uma questão de educação e responsabilidade das
227 pessoas e do poder publico, e nenhuma prefeitura pode ser responsabilizada
228 totalmente pelos animais abandonados. **Pavan** diz ainda que o SOS fez neste ano
229 125 castrações nos 3 primeiros meses, e a entidade hoje sobrevive única e
230 exclusivamente de doações de algumas pessoas, alem de alguns eventos para
231 arrecadar dinheiro, fabricação de camisetas para vender, adesivos e feiras para
232 adoção de animais. **Pavan** prossegue e diz que cada animal custa muito caro para
233 a entidade e hoje estão sob a tutela do SOS 180 animais, entre esses 30% são
234 animais que não serão adotados, porque são animais idosos ou mutilados, e não
235 podemos se livrar deles. **Pavan** diz que o trabalho é no sentido de conscientização
236 da população e de esterilização dos animais para evitar a procriação. A palavra
237 passa a senhora **Patrícia**, membro da SOS Vida Animal, que inicia dizendo que
238 existem varias conseqüências no numero enorme de animais errantes, o que acaba
239 culminando com muitos acidentes de mordeduras, acidentes de transito,
240 transmissão de doenças, sendo que se for controlada a população de animais,
241 estaremos agindo diretamente na melhoria da saúde da população, e não há como

242 virar as costas para este problema. **Patrícia** continua e diz que o controle de
243 zoonoses é de responsabilidade do poder público e da secretaria de saúde, e a ação
244 da ONG é uma ação reparadora, por isso que o impacto das ações não tem a
245 proporção devida, e isto não é algo a curto prazo e demanda muito tempo, ainda
246 mais pela falta de recurso e de mão de obra. **Patrícia** prossegue e diz que este é um
247 passo fundamental para se começar estas campanhas e junto com a educação,
248 controlar a população de animais e melhorar a saúde da população. O secretário de
249 saúde Edson Antonio de Souza pergunta quantos animais uma fêmea não
250 esterilizada irá produzir e teremos na rua. O senhor Pavan responde que se a
251 fêmea de um cachorro tiver sorte de não ficar prenha no primeiro cio, ela e seus
252 descendentes chegaram a 64 mil animais, obviamente que na rua 99% destes
253 animais irão morrer, mas se pegarmos os outros 1% eles representam 640 animais
254 que sobrarão, isso de apenas uma fêmea que está na rua, se o animal for o gato o
255 número é de 420 mil, sendo que estes números foram levantados pelo Instituto
256 Nina Rosa, logo, temos hoje em Londrina milhares de animais abandonados,
257 semidomiciliados. **Pavan** continua e diz que hoje há um projeto junto com a
258 prefeitura do cão semidomiciliado que iremos chamar de “ Cãomunitário”, que é
259 algo que já existe em algumas cidades do mundo. **Pavan** prossegue e diz que a
260 cidade está crescendo, e, por exemplo, com a inauguração do residencial Vista Bela
261 vieram 3 mil família e junto com elas cerca de 1000 animais, e as pessoas então se
262 depararam com a situação de que as casas não tem muro, e se qualquer pessoa
263 fizer uma visita ao local irá ver a situação que aquilo se encontra, e foi feito na
264 época um projeto junto com a construtora e hoje eles tem alguns animais que
265 fazem a ronda e a guarda, mas esta construtora não tem como recolher mais do
266 que 5 ou 6 animais, e o que se vê lá hoje é uma situação caótica. **Pavan** finaliza e
267 diz que este é um problema cada vez maior e espera contar com o bom senso do
268 conselho, e gostaria de dizer que faz este trabalho porque gosta e no ganha nada
269 com isso, mas quando vai fazer algo gosta de fazer de forma correta. A palavra
270 passa a conselheira **Maria Osvaldina** que pergunta onde será o SOS e se vai ser na
271 Fazenda Refúgio que já tem um local pronto. O senhor **Pavan** diz que a estrutura
272 que foi feita na Fazenda Refúgio não está pronta e a prefeitura tem um problema
273 com aquilo e com o IPA,MP, porque existe um decreto que diz que o local é uma
274 área de preservação ambiental, logo, ali existe um impasse em que a prefeitura
275 poderá ou não usar o local. **Pavan** continua e diz que a SOS não tem uma sede e
276 está pleiteando um terreno junto a prefeitura para que possamos conseguir verba
277 para fazer a sede, e a entidade não pretende ser um depósito de animais e não
278 aconselha nada neste sentido, porque todos os exemplos fora de Londrina
279 mostraram que isso acaba dando errado, pois não existe estrutura para se fazer
280 isso, e o que será feito é o programa de castração com 3 ou 4 consultórios e clínicas
281 veterinárias que já são parceiros do SOS e farão preços subsidiados cobrando 80
282 reais por animal, sendo que hoje o preço cobrado é de 200 a 400 reais, e, são estas
283 clínicas que terão os prontuários destes animais e apresentarão as notas fiscais de
284 quantas castrações elas fizeram. A conselheira **Maria Osvaldina** pergunta se foi a
285 SOS que pediu dinheiro para o Fundo do Meio Ambiente para fazer o pagamento
286 de veterinários. **Pavan** responde que foi solicitado ao Fundo do Meio Ambiente
287 um valor que estaria disponível para este tipo de ação, pois como já foi dito hoje
288 temos 180 animais sob nossa tutela, e hoje a SOS tem uma casa alugada perto da
289 Universidade, onde fica uma pessoa responsável por cuidar de animais de grande

290 porte. A conselheira **Maria Osvaldina** pergunta se a SOS faz doações de animais. O
291 senhor **Pavan** responde que são feitas doações. A conselheira **Maria Osvaldina**
292 coloca que na ultima Conferencia do Meio Ambiente foi definido que todo cão
293 vendido e doado por clinicas e Petshops deve estar com chip, por isso gostaria de
294 saber se a SOS irá coloca também. O senhor **Pavan** coloca que isso não é
295 responsabilidade da entidade. A conselheira **Maria Osvaldina** diz que a entidade
296 quer verba da saúde e do meio ambiente. O senhor **Pavan** coloca que a SOS
297 participou diretamente da confecção do capítulo que trata dos animais no código
298 de postura do município, e, entre outras coisas, existe a responsabilidade na
299 questão dos criadores, que na maioria dos casos são pessoas que usamos animais
300 como maquina de procriar e jogando os animais no mercado, anunciando no
301 jornal e colocando pra vender, deixando estes animais em péssimas condições até
302 serem vendidos, por isso tem pedido a Vigilância Sanitária para que comece a
303 coibir isso, porque quem está vendendo um animal em uma Petshop deve ter a
304 origem deste animal e ele deve vir de um canil registrado e que emita nota fiscal e
305 deve ser chipado. A conselheira **Maria Osvaldina** pergunta se a SOS tem algum
306 projeto sobre a utilização do terreno e do que ela irá fazer. O senhor **Pavan** coloca
307 que será apresentado um projeto, pois o terreno foi doado a algum tempo e a
308 diretoria anterior deixou isto passar, e foi solicitado a um escritório de advocacia
309 fazer um levantamento sobre para levantar isso e pedir um novo prazo, e então
310 vamos apresentar um projeto para a sede, que é uma exigência da prefeitura para
311 que a entidade consiga o terreno. A conselheira **Maria Osvaldina** pergunta onde
312 fica o terreno. O senhor **Pavan** coloca que é um terreno de 8 mil metros e que foi
313 visitado pela vice presidente da entidade, mas, no momento não sabe dizer a
314 localização. A palavra passa a conselheira **Ana Paula Cantelmo**, que pergunta se
315 haverá um impacto de fato deste projeto dentro da saúde publica, tendo em vista
316 que poderá se alcançar este impacto em um convenio de 06 meses de
317 duração. Cantelmo prossegue e pergunta ao secretário se houve avaliação do
318 departamento do município em relação a viabilidade e um parecer a essa proposta
319 da entidade, de que ira alcançar os objetivos pretendidos do ponto de vista de
320 saúde publica. O senhor **Pavan** faz uso da palavra e diz que se sabe que o impacto
321 é pequeno, mas, é o inicio de um processo e pretendemos que no ano que vem a
322 prefeitura tenha a mesma leitura do problema e amplie o projeto, porque é algo
323 que deve ser permanente, e, caso continuar o trabalho, daqui a dez anos teremos
324 uma situação muito melhor que a atual, por isso, é preciso se avaliar se irá
325 começar este trabalho. O secretário de saúde **Edson Antônio de Souza** faz uso da
326 palavra e diz que a proposta é de que neste primeiro ano seja feito um convenio de
327 no valor de 200 mil reais, e no texto da lei deixaremos consignados de que nos
328 exercícios seguintes a lei orçamentária irá trazer o montante para a entidade SOS
329 Vida Animal, logo, seria um programa perene e não momentâneo. Edson diz ainda
330 que em relação aos técnicos da secretaria, foi conversado com técnicos da
331 vigilância sanitária, que são quem fazem as visitas no caso de pessoas que são
332 acumuladores de animais, pois existem muitas denuncias na vigilância de pessoas
333 que tem muitos animais em casa e os vizinhos não suportam mais, neste sentido,
334 temos um parecer favorável da vigilância para que se inicie um processo para esta
335 questão. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** diz que gostaria de chamar a atenção
336 do conselho a decisão que será tomada hoje, pois não podemos aprovar isso agora
337 e depois quando formos fazer a avaliação do orçamento, criticar este tipo de

338 parceria e convenio, logo, a analise deve ser feita tendo em mente algo que será
339 continuado, do contrário, não vale a pena aprovarmos, pois devemos ter a
340 consciência que os objetivos serão alcançados na medida que este projeto for
341 perpetuado e é importante o CMS, caso aprove o projeto, assumir o compromisso
342 de defendê-lo do ponto de vista orçamentário. A palavra passa ao conselheiro
343 **Valmir Alves da Rocha**, que pergunta se o trabalho será somente de castração ou
344 também de recolhimento dos animais, porque 200 mil reais somente para fazer castração é
345 muita coisa, e gostaria de saber se com a doação do carro e do terreno de oito mil metros a
346 SOS poderá fazer também o recolhimento dos animais, pois a SEMA não faz este trabalho.
347 **Valmir** continua e pergunta se a entidade terá de estar cadastrada no Conselho
348 Municipal de Assistência Social para poder receber a verba. O senhor **Milton**
349 **Pavan** coloca que o problema citado pelo conselheiro Rocha é algo que acontece
350 diariamente, e a SOS fez no ano por conta própria um total de 120 castrações, 300
351 atendimentos e recolheu aproximadamente 40 animais, mas o problema é muito
352 grande, por isso, não pode se responsabilizar e dizer que se alguém ligar irá
353 resolver seu problema imediatamente, pois hoje se consegue resolver uma
354 pequena parte disso, e é algo frustrante e desgastante, pois as pessoas questionam
355 o que fazemos e cobram como se recebêssemos uma grande verba do poder
356 publico para fazer o trabalho. **Pavan** continua e diz que a pessoa que pega um
357 animal, este passa a ser de responsabilidade dela, o que é necessário é que a
358 prefeitura possa se aparelhar e usar os instrumentos para punir as pessoas que
359 maltratam animais, pois caso as pessoas comecem a serem presas, elas serão
360 inibidas de fazer estas praticas. O conselheiro **Paulo Nicolau** faz uso da palavra e
361 parabeniza a iniciativa da SOS Vida Animal, e diz que toda iniciativa neste sentido
362 deve ser bem vinda, pois é um trabalho que diminui o sofrimento dos animais nas
363 ruas e também das doenças transmitidas. A palavra passa ao conselheiro **Carlos**
364 **Enrique Santana** diz que gostaria de saber se existe um projeto efetivamente, se a
365 entidade está em dia com todos s tramites legais. **Carlos** continua e diz que é bom
366 que o conselho conheça o estatuto da entidade e seus registros, por isso, é
367 necessário que o conselho tenha em mãos o projeto, para poder analisar a
368 viabilidade e saber qual é a vantagem deste convenio para a questão as saúde no
369 município de Londrina, pois temos em Londrina um problema grave em Londrina
370 e que ainda não foi sanado que é a questão do 2º distrito, onde pessoas estão sendo
371 tratadas pior que animais. O conselheiro **Eliel Joaquim** faz uso da palavra e diz ao
372 senhor Pavan que com vinte milhões daria para resolver o problema. O senhor
373 **Milton Pavan** diz que o problema poderia ser resolvido em 10 anos. O conselheiro
374 **Eliel Joaquim** diz que com vinte milhões, em 1 ano se resolveria o problema e que
375 historicamente sempre foi o defensor de um centro de Zoonoses. Eliel continua e
376 diz que fez parte da vigilância sanitária e visitou casas que tinha 20 cães e 30 gatos,
377 e é algo terrível, pois o cheiro é insuportável. Eliel continua e diz ao senhor Pavan
378 que é louvável a sua posição, mas irá seguir a linha que a conselheira Ana Paula
379 colocou de que não dá para votarmos aqui hoje, pois é algo que precisa ser
380 analisado com mais carinho, pois é algo paliativo e não irá resolver o problema, e
381 acredita que a próxima administração tem de começar a pensar em um centro de
382 zoonoses, para resolver de uma vez estes problemas. A senhora **Patrícia** faz uso da
383 palavra e diz que o recolhimento não resolve o problema e se os conselheiros
384 pesquisarem sobre o CCZ no google, irão encontrar vários escândalos de maus
385 tratos a animais e sobre dinheiro gasto, pois o CCZ deve ser voltado para
386 educação, identificação, castração e coisas neste sentido, do contrario, não há

387 dinheiro que chegue e espaço suficiente, e acaba se tornando uma coisa sem fim,
388 pois o problema tem de ser resolvido na ponta, investindo da identificação dos
389 animais, mas, enquanto não se criar uma lei que estipule que o animal tem de ser
390 identificado e caso não esteja ocorrer à punição ao dono, e difícil resolver o
391 problema. O senhor **Milton Pavan** diz que a colocação do conselheiro **Eliel** é
392 equivocada, pois há vários exemplos no Brasil de se acumular animais, pois para
393 se recolher é necessário muito espaço e é algo que vai aumentando cada vez mais,
394 e em por isso que não se resolve em 1 ano, e o centro de zoonoses é fundamental
395 desde que ele faça outro papel, pois se ele fizer o papel de recolher e acumular
396 animais ele não ira resolver os problemas e irá gerar cada vez mais gasto.**Pavan**
397 finaliza e diz que é a favor de um CCZ desde que ele não tenha a função de
398 acumular animais e é claro que ele é algo fundamental para uma cidade como
399 Londrina e já passou do tempo de nossa cidade ter um, sendo que o Wilson
400 Moreira e o Nedson devolveram a verba que veio, porque para fazer um CCZ tem
401 a verba, mais depois para manter é complicado, e é por isso que acredita que o
402 prazo é o de 10 anos para resolver o problema.A conselheira **Adriana Xavier**
403 **Dorta** faz uso da palavra e inicia dizendo que, salvo engano, foi dito que a reunião
404 teria apenas 1 ponto de pauta, e gostaria de que se prestasse atenção a esse
405 detalhe, porque nos programamos para nossos demais compromissos e deixamos
406 de fazer coisas, sendo que inclusive está doente e deixou de ir se tratar para estar
407 aqui porque tinha um compromisso assumido, por isso, gostaria que este conselho
408 também respeitasse o compromisso assumido.Adriana continua e diz que acha
409 interessante a questão da castração, mas que acredita que a apresentação da SOS
410 acabou ficando bastante prejudicada, e faltaram muitos detalhes, por exemplo, a
411 conselheira Maria Osvaldina colocou que a SOS já pediu recurso no meio
412 ambiente, e teve pessoas que possivelmente não entenderam e estão pensando que
413 a SOS está querendo o mesmo recurso duas vezes para fazer a mesma coisa, e isso
414 acaba gerando duvidas.Adriana prossegue e diz que concorda com a questão da
415 identificação e é necessário se pensar urgentemente em uma maneira de fazer isso,
416 por isso, gostaria de saber qual o compromisso que a pessoa assume quando
417 recebe um animal pela SOS e como é fiscalizado se a pessoa de fato vai cuidar do
418 animal. O senhor **Milton Pavan** diz que em relação ao pedido ao meio ambiente,
419 ele antecedeu a possibilidade do convenio e as duas coisas não tem relação, pois
420 este convênio é para se iniciar um convenio de castração, e o pedido foi devido ao
421 fato de que temos uma despesa mensal de manutenção dos animais que já estão
422 em responsabilidade da SOS, e isso tudo esta registrado e pode ser devidamente
423 comprovado, e por isso foi feito um pedido junto a SEMA para que ela colaborasse
424 para a manutenção destes animais até o final do ano. **Pavan** e coloca que nas feiras
425 de adoção, o adotante assina um termo de compromisso, e para todos os filhotes
426 não castrados doados, é feito contato posteriormente para marcar a castração
427 destes animais, sendo que ocorre uma media de 10% de pessoas que não se
428 adaptam aos animais e acabam devolvendo a SOS.O conselheiro **Eliel Joaquim** faz
429 uso da palavra e propõe que a discussão seja encerrada e retomada em uma outra
430 oportunidade,onde a SOS possa estar trazendo os documentos e apresentando ao
431 conselho.O secretário de saúde **Edson Antônio de Souza** faz uso da palavra e diz
432 que gostaria de propor que se incluia novamente a discussão do SOS na pauta da
433 reunião do próximo dia 16 de maio, por isso, gostaria de que o Pavan assumisse o
434 compromisso de trazer na reunião toda a documentação que é exigida por nós

435 para que seja firmado o convenio, com o estatuto, plano de aplicação de recursos e
436 demais documentos. A conselheira **Ana Paula Cantelmo** diz que é exatamente este
437 o encaminhamento a ser dado, e que vale a pena lembrar que a rubrica
438 orçamentária é da vigilância sanitária, específica, e sempre tem sobra de caixa e
439 nem sempre é usado, portanto, é um recurso que não irá prejudicar as outras
440 questões de saúde. **Cantelmo** diz ainda que algumas informações importantes de
441 serem trazidas são os números de procedimentos, os estudos do ponto de vista do
442 impacto, como será feita a escolha do animal e qual o critério será usado nesta
443 escolha. A conselheira **Silvia Karla** faz uso da palavra e diz que a apresentação foi
444 importante para início de discussão, mas é importante que sejam trazidas mais
445 informações e detalhes em uma outra oportunidade, talvez uma minuta de
446 convenio ou algo neste sentido. O secretário de saúde **Edson Antonio de Souza**
447 coloca em votação a proposta de **inclusão na pauta da próxima reunião ordinária**
448 **do conselho da Apresentação e Aprovação do Convênio a ser firmado com**
449 **Entidade SOS Vida Animal, feito que é obtido de forma unânime pelo conselho.**
450 O secretário de saúde **Edson Antônio de Souza** passa ao ultimo ponto de pauta da
451 reunião: **Relato da Comissão da Câmara Técnica(Projeto de Lei 237).** A
452 conselheira **Silvia Karla** faz uso da palavra e diz que os conselheiros receberam
453 hoje o projeto de lei com o substitutivo nº 2, e já houve no ano passado a
454 oportunidade de fazer a leitura deste projeto de lei, que dispõe sobre a
455 colaboração das organizações sociais na gestão pública, através da elaboração de
456 uma contrato de gestão. **Karla** faz a leitura do **Relato da Comissão da Câmara**
457 **Técnica: ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA. Aos vinte e três dias do mês de abril de**
458 **2012, reuniram-se os membros da comissão da Câmara Técnica para discussão do PL**
459 **237/2011 na sala de reuniões do anexo Marco Zero da Secretaria Municipal de Saúde. A**
460 **comissão posiciona-se Contrária ao referido Projeto de Lei, considerando as seguintes**
461 **afirmativas:1)A celebração de contratos de gestão com as organizações sociais,**
462 **apresenta-se contrária às necessidades atuais do Município, bem como as discussões deste**
463 **Conselho, uma vez que promove a vulnerabilidade desta municipalidade frente as ações**
464 **administrativas e de gestão nas áreas de atuação citadas no artigo 1º deste projeto, entre**
465 **elas a Saúde Pública;2)As Organizações Sociais, constituídas a partir das entidades sem**
466 **fins econômicos com mais de três anos de atuação, qualificada á partir de atos**
467 **administrativos do poder executivo, não representam necessariamente serviços experientes**
468 **e/ou qualificados para atuação junto à gestão Pública, em seu papel decisório.3)Em**
469 **discussão ao projeto original pela Plenária deste conselho em ocasiões anteriores emitiu**
470 **parecer contrário á proposta de gestão de serviço Público de saúde através de**
471 **organizações sociais. Devido á importância do assunto apresentado nesta ata, a comissão**
472 **solicita a inclusão da apresentação deste relatório junto á pauta da reunião**
473 **extraordinária agendada para o dia 25/04/2012. Sendo este o parecer da comissão**
474 **constituída neste ato por todos os seus membros representantes, exceto pelo representado**
475 **do gestor que justificou sua ausência, eu Silvia Karla Andrade, redijo a presente ata e**
476 **submeto á apreciação da Secretaria Executiva deste Conselho.** A palavra passa ao
477 conselheiro **Eliel Joaquim**, que inicia dizendo ressaltar que ele veio em um substitutivo, e
478 nele retirava a questão saúde e englobava outras secretarias. **Eliel** continua e diz que é
479 contra este projeto, até porque, em outras lugares do Brasil com essas OS's e OSCIP,
480 houve muitos problemas para o SUS e não foi benéfico para os usuários. O conselheiro
481 **Valmir Alves da Rocha** coloca que em relação ao item 3 do relato, gostaria de saber qual
482 foi o período do ano passado, se é com essa nova diretoria ou a anterior. O secretário de
483 saúde **Edson Antônio de Souza** coloca em votação **da aprovação do parecer**
484 **contrário da câmara técnica ao projeto de lei 237, feito que é obtido com 12 votos**

485 favoráveis ao parecer da câmara técnica e 2 abstenções. Os conselheiros Valmir
486 Alves da Rocha e Marcos Adirley se abstiveram de voto. O secretário de saúde
487 **Edson Antônio de Souza** justifica que votou de forma favorável ao parecer da
488 câmara técnica devido ao fato de que foi encaminhado a CML, a criação do cargo
489 de farmacêutico na autarquia municipal de saúde através do ofício nº 344, e ainda,
490 foi encaminhado para o legislativo um projeto de lei onde estamos criando 20
491 vagas para assistente de gestão pública, 03 vagas de serviço social, 125 vagas de
492 auxiliar de enfermagem, 10 vagas de auxiliar de odontologia, 06 vagas de
493 assistência de patologia, 08 vagas de técnico em Radiologia, 57 vagas de médico
494 plantonista, 05 vagas de farmacêutico, 08 vagas de farmacêutico-bioquímico, 32
495 vagas de auxiliar de farmácia e 05 vagas de serviço de medicina geral. Edson
496 continua e diz para estes cargos será feito um concurso público no mês de maio, e
497 também será feito concurso público para ginecologista, pediatra e uma outra série
498 de cargos e que não tem concurso realizado, sendo que estas vagas serão para o
499 mini Hospital da zona oeste e nas UBS's. Edson finaliza e diz que ficou surpreso
500 quando na última reunião do CMS tinha um cartaz que falava da terceirização,
501 sendo que a UPA da zona oeste será 100% municipalizada, e o único serviço que
502 está sendo contratada a locação é o do aparelho de raio-x, porque ele é mais viável
503 contratar do que comprar, mas, os técnicos que operarão o aparelho serão
504 servidores municipais. O conselheiro **Eliei Joaquim** coloca que como é ano
505 eleitoral, acredita que talvez não de tempo do concurso sair. O secretário de saúde
506 **Edson Antônio de Souza** diz que já há um cronograma para realização do
507 concurso e que se o mesmo estiver homologado até o dia 07 de julho, poderão ser
508 feitas contratações sem problema durante o período eleitoral. Não havendo mais
509 assuntos a serem tratados, o secretário de saúde **Edson Antônio de Souza** encerra
510 a reunião. Esta ata foi elaborada por Anderson Luiz Oliveira Silva e **Divina**
511 **Marcucci** e será assinada pelos conselheiros abaixo:

T	Edson Antônio de Souza		T	Maria Ângela Magro	
S	Adilson Castro	Ausente	S	Natal de Oliveira	Ausente
T	Djamedes Maria Garrido		T	Valmir Alves da Rocha	
S	Maria Cristina Rodrigues Gil	Ausente	S	Ivete Nobile	Ausente
T	Alberto Toshio Oba	Ausente	T	Eliane da Silva Nascimento	
S	Janaina Mazzer Salinet	Ausente c/ justificativa	S	José Aparecido Martins	Ausente c/ justificativa
T	Ângelo Caíres		T	Nilton Apº Camargo Oliveira	Ausente c/ justificativa
S	Sueli Regina Cabral	Ausente	S	Terezinha P. Silva (mãe Omin)	Ausente c/ justificativa
T	Lazara Regina Rezende		T	Maria O. de Mello Oliveira	
S	Carmem Lúcia Lázaro Garcia	Ausente	S	Elaine Bordin	Ausente
T	Isaltina Pires Cardoso	Ausente c/ justificativa	T	Juvira B. de Souza Cordeiro	
S	Sandra Iara Sterza	Ausente	S	Carlos Enrique Santana	
T	Eliei Joaquim dos Santos		T	Rosicler Amarins de Moura Vaz	Ausente
S	Nadya Christiane Silveira Pellizari	Ausente	S	Antônio Barrichello	Ausente
T	Fahd Haddad		T	Julia Satie Miyamoto	Ausente
S	Ana Paula Cantelmo Luz		S	Honorina Irene Silva Santo	Ausente
T	Mara Rossival Fernandes	Ausente c/ justificativa	T	Adriana Xavier Dorta	
S	Artemizia Bertolazzi Martins	Ausente c/ justificativa	S	Edson Facundo	Ausente c/ justificativa
T	Denise Akemi Mashima	Ausente c/ justificativa	T	Cícero Cipriano Pinto	
S	Margarida de Fátima F. Carvalho	Ausente	S	Marcos Adirley Alves	
T	Silvia Karla A. Vieira Andrade		T	Joelma Apª de Souza Carvalho	Ausente c/ justificativa
S	Paulo Roberto Frazon	Ausente	S	Elizabeth Bueno Candido	Ausente c/ justificativa
T	Paulo Fernando Moraes Nicolau		T	Ildo Ioris	Ausente c/ justificativa
S	Nobuaqui Hasegawa	Ausente	S	Ana Bárbara de T.L. Jorge	Ausente

513

514

515
516
517
518
519